

PERTURBAÇÕES PSIQUIÁTRICAS OU PRECONCEITO?

Disfunções Sexuais da antiguidade até à atualidade

Autores

Beatriz Calado Araújo*, Miguel Pão Trigo, M. Mota Oliveira
Centro Hospitalar Universitário do Algarve

INTRODUÇÃO

Os sistemas de classificação de doenças surgiram com o objetivo de standardizar os critérios de diagnóstico a nível mundial. Contudo, no que se refere às disfunções sexuais, a classificação das mesmas tem sido alvo de crítica e, como tal, sofrido diversas alterações ao longo do tempo. O exemplo mais pragmático refere-se à remoção da homossexualidade dos sistemas de classificação, mitigando assim o carácter patológico associado à mesma. Esta discussão mantém-se, contudo, relativamente à classificação de perturbações associadas à identidade de género.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O termo “transexualismo” surge em 1923, cunhado por Magnus Hirschfeld, que distingue, pela primeira vez, os conceitos de identidade de género e orientação sexual. Em 1966, o médico Harry Benjamin, publica a sua obra *The Transsexual Phenomenon*, que populariza o termo transexual como se utiliza até aos dias de hoje. Este autor foi também responsável pela educação da comunidade científica em relação à população transgénero e foi pioneiro na utilização de tratamento hormonal.

Apesar do nascimento do termo no início do séc. XX, este manteve-se ausente dos sistemas de classificação iniciais até que surge, no CID-9, o diagnóstico de “Perturbações de Identidade Psicossocial”, e, mais tarde, em 1980 no DSM-III, em que aparece o diagnóstico de “Perturbação de Identidade de Género da infância”.

Em 1990, o CID-10 adota o termo da classificação norte americana criando a categoria de “Perturbações de Identidade de Género” que incluía o “transexualismo”. O DSM-IV (1994) e a sua revisão mantiveram a nomenclatura da edição anterior, contudo este diagnóstico foi movido para a categoria de “Perturbações Sexuais e de Identidade de Género” juntamente com disfunções sexuais e parafilias.

ATUALIDADE

Estas classificações foram alvo de múltiplas críticas, nomeadamente o carácter estigmatizante de integrar as variantes de identidade de género nas perturbações sexuais e perturbações psiquiátricas, conservando assim a caracterização patológica do comportamento e identidade destes mesmos indivíduos, perpetuando a alienação desta população. Por outro lado, existia a preocupação de que a remoção desta entidade dos sistemas de classificação resultaria numa recusa de cuidados médico-cirúrgicos, que são essenciais para esta população.

Assim, no DMS-5, a “Perturbação da Identidade de Género” foi substituída pelo termo “Disforia de Género”, distinguindo-o do termo “incongruência de género”. “Disforia de género” assenta sob o sofrimento e desconforto associado à divergência entre a identidade de género e o sexo designado à nascença, que é um problema médico que requer intervenção clínica, enfatizando o carácter egodistónico do diagnóstico e focando a intervenção clínica na redução do sofrimento e não na mudança da identidade.

O CID-11 espelhou esta necessidade de mudança com a criação do capítulo “Condições associadas à Saúde Sexual” onde o termo “transexualismo” foi substituído por “Incongruência de Género da adolescência e idade adulta”. Os termos “disforia de género” do DMS-5 e “incongruência de género” do CID-11, apesar de semelhantes, distinguem-se pela exigência de sofrimento e prejuízo da funcionalidade na disforia. Esta perda traduz a retirada do diagnóstico da área da psicopatologia no CID-11 e reflete a ideia de *despsiquiatrização* das diversas formas de vivenciar o próprio género.

CONCLUSÕES

Apesar do passado controverso, os termos que instituem as classificações atuais têm como principal foco a importância da intervenção clínica como forma de melhorar a qualidade de vida desta população e minimizar o seu sofrimento, se este existir, sem caracterizar o fenómeno não-binário como patológico. Ainda assim, o estigma perdura, mesmo por parte da comunidade científica, reforçando a necessidade de uma contínua formação em relação à população trans.

Referência bibliográficas

- Dora, M., Grabski, B., Dobroczyński, B. (2021). Gender dysphoria, gender incongruence and gender nonconformity in adolescence – changes and challenges in diagnosis. *Psychiatria Polska*, 55(1), 23-37. <https://doi.org/10.12740/PP/OnlineFirst/113009>
- Beek, T. F., Cohen-Kettenis, P. T., & Kreukels, B. P. (2016). Gender incongruence/gender dysphoria and its classification history. *International review of psychiatry (Abingdon, England)*, 28(1), 5–12. <https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1091293>
- American Psychiatric Association (APA). (2017). *Gender Dysphoria Diagnosis*. <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/diversity/education/transgender-and-gender-nonconforming-patients/gender-dysphoria-diagnosis>

